



Comissão  
Europeia

COMPREENDER AS  
POLÍTICAS DA  
UNIÃO EUROPEIA

# Dez prioridades para a Europa

Um novo começo para a Europa:  
a agenda da UE para o emprego,  
o crescimento, a equidade e a  
mudança democrática





# COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos.

A coleção está disponível em linha:

[http://europa.eu/pol/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/index_pt.htm)

<http://europa.eu/JF89wH>

Como funciona a União Europeia

Dez prioridades para a Europa ✕

Os pais fundadores da União Europeia

Ação climática  
Agricultura  
Ajuda humanitária e proteção civil  
Alargamento  
Alfândegas  
Ambiente  
Assuntos marítimos e pescas  
Bancos e finanças  
Comércio  
Concorrência  
Consumidores  
Cooperação internacional e desenvolvimento  
Cultura e audiovisual  
Educação, formação, juventude e desporto  
Emprego e assuntos sociais  
Energia  
Fiscalidade  
Fronteiras e segurança  
Investigação e inovação  
Justiça, direitos fundamentais e igualdade  
Mercado interno  
Mercado único digital  
Migração e asilo  
Orçamento  
Política externa e de segurança  
Política regional  
Saúde pública  
Segurança alimentar  
Transportes  
União Económica e Monetária e o euro

## ÍNDICE

Dez prioridades para a Europa .....	3
Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento .....	4
Um mercado único digital conectado ....	5
Uma União mais resiliente no setor da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas .....	6
Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada .....	7
Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa .....	8
Um acordo de comércio livre razoável e equilibrado com os Estados Unidos ...	9
Um espaço de justiça e de direitos fundamentais assente na confiança mútua .....	10
Uma nova política em matéria de migração .....	11
Uma Europa mais forte na cena mundial .....	12
Uma união de mudança democrática ...	13
Entre em contacto com a União Europeia .....	14
A União Europeia .....	15
Saiba mais .....	16

---

### Compreender as políticas da União Europeia: Dez prioridades para a Europa

Comissão Europeia  
Direção-Geral da Comunicação  
Informação dos cidadãos  
1049 Bruxelas  
BÉLGICA

Achou esta publicação útil? Dê-nos a sua opinião:  
[comm-publi-feedback@ec.europa.eu](mailto:comm-publi-feedback@ec.europa.eu)

Manuscrito atualizado em XXX de 2015

Capa e imagem da página 2:  
© iStock.com/DigitalStorm  
16 p. — 21 × 29,7 cm

PDF ISBN 978-92-79-49432-1  
doi:10.2775/074282  
NA-01-15-476-PT-N

Print ISBN 978-92-79-49437-6  
doi:10.2775/981709  
NA-01-15-476-PT-C

Luxemburgo: Serviço das Publicações  
da União Europeia, 2015

© União Europeia, 2014

Reprodução autorizada. As fotografias só podem ser  
utilizadas ou reproduzidas separadamente mediante a  
autorização prévia dos titulares dos direitos de autor.

---

## Dez prioridades para a Europa

A União Europeia enfrenta desafios sem precedentes, desde um elevado desemprego, lento crescimento económico, incertezas económicas e uma enorme falta de investimento, até à pressão migratória e os desafios em matéria ambiental e de segurança, bem como a instabilidade dos seus países vizinhos. Muitos cidadãos perderam a confiança na capacidade de as instituições políticas, a todos os níveis, conseguirem lidar com estes desafios. Estão a ser postos em causa alguns dos resultados conseguidos até ao momento em matéria de integração europeia, como a livre circulação de pessoas e as fronteiras internas abertas. Assiste-se a um aumento do populismo e do nacionalismo.

Em novembro de 2014, Jean-Claude Juncker assumiu a presidência da Comissão Europeia, o órgão executivo da União Europeia. Juncker foi eleito com base num programa político cujo objetivo primordial é a reconstrução de pontes na Europa e o restabelecimento da confiança dos cidadãos europeus, centrando as políticas da UE nos principais desafios que se colocam para as nossas economias e sociedades, visando também o fortalecimento da legitimidade democrática. A fim de enfrentar todos estes desafios, Jean-Claude Juncker identificou as 10 prioridades fundamentais, as quais se encontram descritas nesta brochura. Essas prioridades constituem a base do programa de trabalho das instituições da UE durante o ano 2015.



*Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia, profere o discurso sobre o Estado da União no Parlamento Europeu, em setembro de 2015.*

## Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento

*A principal prioridade da Comissão Europeia é colocar de novo a Europa numa rota de crescimento e aumentar o número de empregos sem criar dívida nova.*

Desde o início da crise económica e financeira mundial, a UE tem registado baixos níveis de investimento e uma elevada taxa de desemprego. São necessários esforços conjuntos a nível europeu para ajudar na recuperação económica da Europa.

Com a crise, a incerteza quanto às perspetivas económicas e a elevada dívida pública e privada em algumas partes da Europa têm vindo a impedir os investimentos. No entanto, estão disponíveis recursos, motivo pelo qual devem ser canalizados fundos para onde estes são mais necessários, e têm de ser desenvolvidos projetos para aproveitar da melhor forma estes recursos.

A Comissão está empenhada em utilizar de forma mais inteligente os recursos financeiros existentes e em usar de forma flexível os fundos públicos ao mesmo tempo que melhora a qualidade da regulamentação. Prevê a mobilização de fontes de financiamento públicas e privadas, utilizando as verbas públicas para gerar mais investimento privado sem criar dívida nova.

Para fornecer este financiamento adicional e para apoiar projetos de relevo estratégico e social, a Comissão, em colaboração com o Banco Europeu de Investimento, lançou o plano de investimento para a Europa. No seu cerne encontra-se um novo **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**, criado em tempo recorde em 2015 e dotado inicialmente de 21 mil milhões de euros de fundos da UE. Este valor aumentará graças a um efeito multiplicador que despoletará investimentos adicionais superiores a 315 mil milhões de euros, o que poderá criar 1,3 milhões de empregos nos próximos três anos. Um quarto das verbas será investido em pequenas empresas.

Todos os países da UE aprovaram a criação do fundo e podem contribuir para o mesmo. Até outubro de 2015, nove Estados-Membros tinham-se comprometido a disponibilizar mais de 40 mil milhões de euros.

O investimento será orientado para:

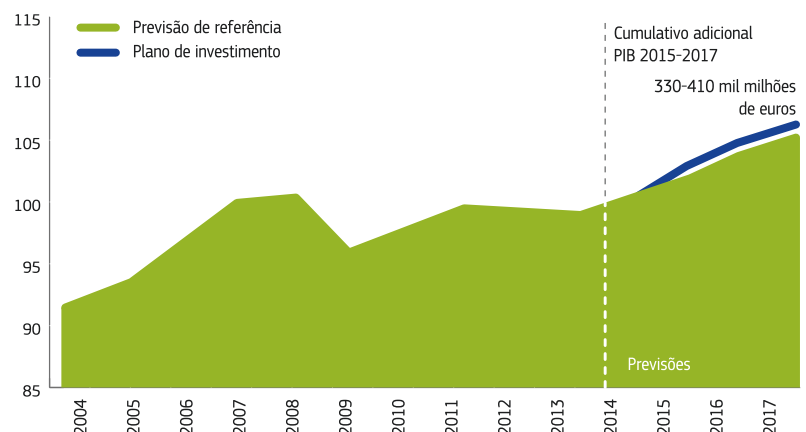
- infraestruturas — redes de energia, banda larga e transportes;
- ensino, investigação e inovação;
- energias renováveis e eficácia energética;
- projetos para ajudar os jovens na procura de emprego.

Os fundos serão canalizados para projetos que sejam viáveis e que tragam benefícios para a sociedade em geral. Foi elaborada uma lista de projetos que poderiam ser implementados durante os próximos três anos e feito um levantamento dos obstáculos que entravam o investimento.

Será dada prioridade à eliminação dos obstáculos regulamentares e não regulamentares mais significativos que persistem em setores estratégicos, como a energia, as telecomunicações, a economia digital e os transportes, assim como nos mercados de serviços e produtos. A Comissão propôs uma lista abrangente de iniciativas no seu programa de trabalho para 2015.

O quadro regulamentar tem uma influência direta no investimento, no crescimento e no emprego. Da correção das lacunas existentes no mercado único podem resultar benefícios da ordem dos 1,5 biliões de euros por ano, enquanto o produto interno bruto (PIB) da UE ganharia 11% com a plena utilização de todo o potencial de crescimento deste mercado.

**CRESCIMENTO DO PIB**  
PIB REAL DOS 28 PAÍSES DA UE ÍNDICE 2007=100



A economia da UE esteve em crise desde 2008 até 2014, mas pode recuperar com novo investimento.

**Mais informações e evolução recente:**

[http://ec.europa.eu/priorities/jobs-growth-investment/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/priorities/jobs-growth-investment/index_en.htm)

## Um mercado único digital conectado

A Comissão pretende que todos os cidadãos tenham um acesso melhorado aos bens e serviços digitais e a infraestruturas de alta velocidade fiáveis e que possam tirar o máximo partido da economia digital.

A Internet e as tecnologias digitais estão a mudar o mundo. A Europa tem de proporcionar oportunidades digitais às pessoas e às empresas. Os obstáculos em linha que hoje existem privam os cidadãos de oportunidades na compra de bens e serviços: apenas 15% dos cidadãos da UE fazem compras em linha noutro país da UE. As empresas presentes na Internet e as *start-up* não tiram todo o partido das oportunidades de crescimento em linha: apenas 7% das pequenas empresas vendem além-fronteiras. De igual modo, as empresas e as administrações públicas não estão a beneficiar plenamente das ferramentas digitais.

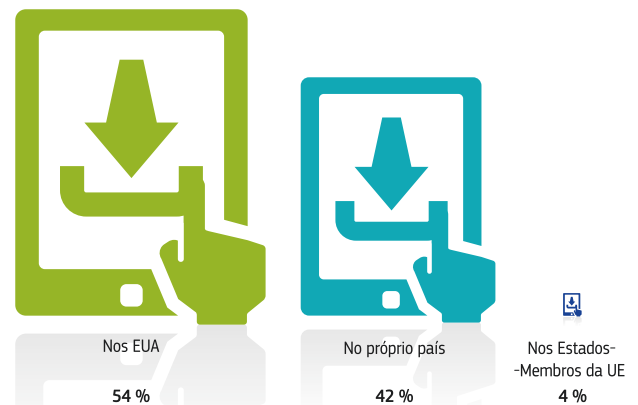
Um mercado único digital plenamente funcional pode contribuir com 415 mil milhões de euros ao ano para a economia da UE e criar 3,8 milhões de empregos.

A estratégia para o mercado único digital proposta pela Comissão em maio de 2015 inclui um conjunto de medidas que devem ser implementadas até ao final de 2016 e que visam:

- **Melhorar o acesso em linha a bens e serviços digitais mediante:**

- ▶ harmonização das regras da UE aplicáveis aos contratos e à proteção do consumidor nas compras em linha, quer se trate de bens materiais, como calçado ou mobiliário, quer de conteúdos digitais, como os livros e as aplicações digitais;
- ▶ promoção de serviços mais baratos de entregas transfronteiras de encomendas: 62% das empresas que gostariam de vender em linha consideram que os elevados custos dos serviços de entrega representam um obstáculo a esta atividade;
- ▶ eliminação dos bloqueios geográficos injustificados, uma prática discriminatória mediante a qual os vendedores em linha negam o acesso a uma página *web* a consumidores com base na localização destes ou os reencaminham para uma loja local com preços diferentes. Esse bloqueio pode significar que, por exemplo, os clientes de um país da UE acabam por pagar mais pelo aluguer de um carro idêntico no mesmo local do que pagam os clientes de outro país da UE;
- ▶ modernização da legislação em matéria de direitos de autor para um acesso em linha a trabalhos culturais mais alargado em toda a UE. A Comissão pretende, em especial, garantir que os utilizadores que compram em casa filmes, música ou artigos também possam usufruir deles quando viajam na Europa;

### ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS OPERADORES JUNTO DE QUEM ADQUIRIMOS SERVIÇOS EM LINHA?



Poucas pessoas fazem compras em linha através de operadores de outros países da UE — aqui ainda existe um enorme potencial de crescimento.

- ▶ disponibilização de uma infraestrutura de alta velocidade, segura e fiável, apoiada por condições regulamentares corretas para o investimento, a concorrência leal e um funcionamento em condições de igualdade.
- **Empreender uma ambiciosa remodelação da regulamentação em matéria de telecomunicações:** todos os serviços, aplicações e conteúdo digitais dependem da disponibilidade de infraestruturas de alta velocidade e seguras, o que exige um setor de telecomunicações forte, competitivo e dinâmico. Têm de ser tomadas medidas para combater o isolamento dos mercados e promover o seu alargamento.
- **Maximizar o potencial de crescimento da economia digital.** Este objetivo será conseguido através do investimento em infraestruturas de TIC, designadamente, a computação em nuvem e a utilização de grandes volumes de dados (*big data*), bem como de investigação e inovação para fomentar a competitividade industrial. Inclui igualmente serviços públicos mais eficientes e competências digitais melhoradas para os cidadãos — em suma, uma sociedade inclusiva.

Mais informações e evolução recente:

[http://ec.europa.eu/priorities/digital-single-market/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/priorities/digital-single-market/index_en.htm)

## Uma União mais resiliente no setor da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas

*A Comissão pretende garantir uma energia segura, a preços acessíveis e respeitadora do clima para os cidadãos e para as empresas. Uma utilização mais sensata da energia e o combate às alterações climáticas não representam apenas um investimento no futuro dos nossos filhos, mas levarão também à criação de novos empregos e ao crescimento.*

A Europa precisa urgentemente de garantir uma energia segura, sustentável, a preços acessíveis e competitiva para todos os cidadãos. Uma dependência excessiva de um número limitado de fontes de abastecimento deixa os países vulneráveis a interrupções no aprovisionamento energético. A UE tem de reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis e cortar nas emissões de gases com efeito de estufa, ao mesmo tempo que garante energia a preços acessíveis às famílias e às empresas. Para tal, são muitos os desafios.

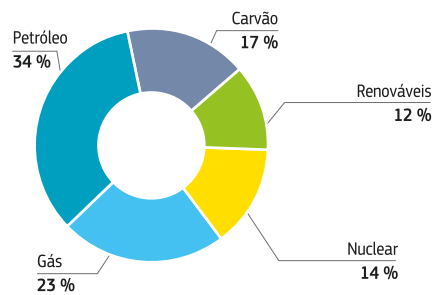
- A UE é o maior importador de energia do mundo, importando 53% da sua energia, com um custo anual de cerca de 400 mil milhões de euros.
- São construídas muitas redes elétricas e gasodutos para finalidades nacionais e que não se encontram bem ligados a nível transfronteiriço. Por exemplo, até 2015, os cabos de eletricidade que ligavam a França e a Espanha apenas conseguiam gerir 3% do pico da procura a sul da fronteira. A resolução deste tipo de problemas pode representar uma poupança para os consumidores de até 40 mil milhões de euros por ano.
- 75% das nossas casas não são eficientes em termos de energia; 94% do transporte depende de produtos petrolíferos, dos quais 90% são importados.
- Os preços grossistas da eletricidade na Europa são 30% superiores e os preços grossistas do gás são mais de 100% superiores aos praticados nos Estados Unidos.

Em fevereiro de 2015, a Comissão definiu a sua estratégia para conseguir uma União resiliente no setor da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas. Esta estratégia irá garantir que a UE fica bem posicionada para enfrentar os seus desafios, com base na solidariedade e na confiança entre os Estados-Membros. A estratégia centra-se em cinco áreas principais:

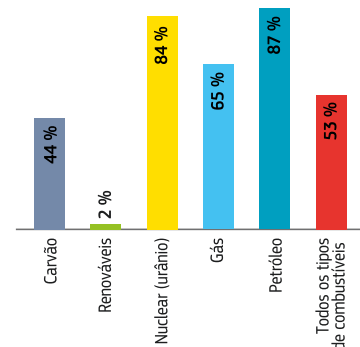
- **Segurança do aprovisionamento:** a UE tem de se tornar menos dependente da energia proveniente do exterior. Isso significa utilizar melhor e de forma mais eficiente as nossas fontes de energia domésticas, ao mesmo tempo que se diversifica para outras fontes e tipos de aprovisionamento.

### DE ONDE VEM A NOSSA ENERGIA?

Combustíveis utilizados na UE em 2013



Percentagem de combustíveis importados de fora da UE em 2013



Os europeus precisam de fontes de energia mais seguras e sustentáveis.

- **Mercado interno da energia:** a energia deve fluir livremente em toda a UE, sem que existam barreiras técnicas ou regulamentares. Só assim os fornecedores de energia poderão competir livremente e oferecer os melhores preços para a energia. O fluxo livre irá também facilitar a produção de mais energia renovável.
- **Eficiência energética:** consumir menos energia significa menos poluição e uma maior conservação das nossas fontes de energia domésticas, reduzindo a nossa necessidade de importar energia.
- **Redução das emissões:** o objetivo mínimo acordado pela UE de emitir 40% menos gases com efeito de estufa até 2030 é um primeiro passo. Para tal, teremos de investir mais no desenvolvimento de fontes de energia renovável.
- **Investigação e inovação:** assumir a liderança tecnológica em energias alternativas e reduzir o consumo de energia levará a enormes oportunidades industriais e em termos de exportações. Tal irá também ajudar a fomentar o crescimento e o emprego.

A estratégia é acompanhada por um plano de ação que apresenta as medidas específicas que serão preparadas e implementadas nos próximos anos. Em julho, a Comissão apresentou um conjunto de propostas destinadas aos consumidores de energia, para o lançamento de uma nova configuração do mercado europeu da eletricidade, a atualização da rotulagem em matéria de eficiência energética e a revisão do regime de comércio de licenças de emissão da UE.

**Mais informações e evolução recente:**

[http://ec.europa.eu/priorities/energy-union/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/priorities/energy-union/index_en.htm)

## Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada

*Uma economia integrada a nível da UE é a melhor forma de enfrentar os desafios da globalização. A UE tem de concluir o mercado interno de produtos e serviços e transformá-lo em rampa de lançamento para que as empresas e a indústria possam prosperar na economia mundial, o que levará à criação de emprego e ao crescimento. Reforçar uma fiscalidade justa, eficaz, favorável ao crescimento e transparente faz igualmente parte desta prioridade.*

São as seguintes as prioridades da Comissão:

- criar uma **união dos mercados de capitais**, tornando mais fácil às pequenas empresas angariar fundos, para fazer da Europa um lugar mais atrativo para o investimento;
- incentivar os trabalhadores a aceitarem trabalho noutros países da UE a fim de preencher vagas e de satisfazer necessidades de competências especiais;
- evitar o dumping social;
- fomentar a cooperação administrativa entre as autoridades tributárias nacionais;
- trabalhar para a adoção de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e um imposto sobre as transações financeiras a nível da UE.

Em setembro de 2015, na sequência de uma consulta pública, a Comissão adotou um plano de ação com 20 medidas para a criação de um verdadeiro mercado único de capitais na Europa. O projeto visa desbloquear financiamento para as empresas europeias e fomentar o crescimento na UE. A intenção é consegui-lo até 2019.

A livre circulação de capitais é um objetivo de longa data da União Europeia. Porém, os mercados de capitais da Europa mantêm-se fragmentados em função das fronteiras nacionais e as economias europeias continuam a depender intensamente dos bancos para colmatar as respetivas necessidades de financiamento. Em momentos de recessão, este facto torna-os mais vulneráveis ao agravamento das condições de oferta de crédito praticadas pelos bancos. Noutras partes do mundo, é mais comum os investidores oferecerem diretamente o denominado «capital de risco» a novas empresas.

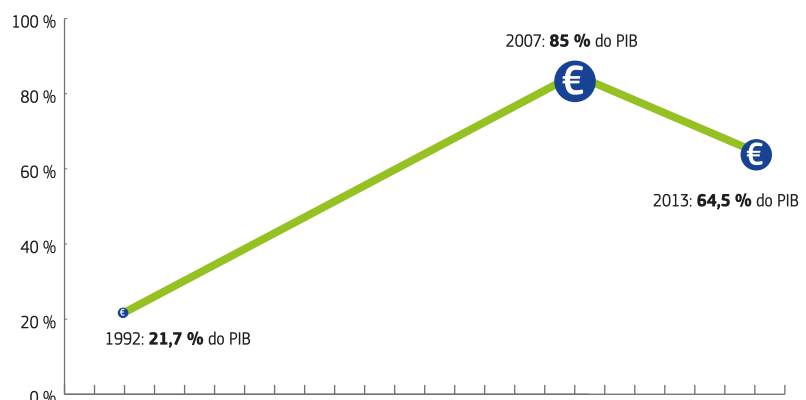
A união dos mercados de capitais pretende eliminar as barreiras que bloqueiam os investimentos transfronteiriços na UE e que impedem as empresas de terem acesso

a financiamento. Por exemplo, se os mercados de capitais de risco da UE funcionassem como os existentes nos Estados Unidos, entre 2008 e 2013 poderia ter sido investido nas empresas um montante adicional de 90 mil milhões de euros.

Em junho de 2015, a Comissão apresentou um plano de ação para proceder a uma profunda **reforma do sistema de tributação das sociedades** na UE. Estabelece um conjunto de iniciativas para combater a evasão fiscal, garantir receitas sustentáveis para financiar os serviços públicos e fortalecer o mercado único para as empresas. O plano de ação preconiza dois objetivos primordiais:

- os Estados-Membros da UE devem chegar a acordo quanto a normas comuns de cálculo da matéria coletável para a tributação das empresas. Isto tornaria muito mais económica a operação a nível transfronteiriço por parte das empresas e reduziria a evasão fiscal, ao mesmo tempo que permitiria que os Estados-Membros mantivessem diferentes taxas de imposto sobre o rendimento das sociedades;
- os lucros devem ser tributados no local em que são gerados, e não tendo por base estruturas empresariais formais ou transações contabilísticas efetuadas para fins fiscais.

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA NA UE (VALOR DE TODAS AS AÇÕES) EM % DO PIB



Os mercados de capitais da UE tiveram problemas após a crise financeira.

**Mais informações e evolução recente:**

[http://ec.europa.eu/priorities/internal-market/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/priorities/internal-market/index_en.htm)

## Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa

*Para combater a crise económica mundial, a UE e os seus Estados-Membros tomaram medidas ousadas e sem precedentes que nem sempre foram fáceis, especialmente para os cidadãos, e que por vezes não tiveram em devida conta as respetivas consequências sociais. É agora tempo de aproveitar os ensinamentos adquiridos para conseguir uma governação económica melhorada e começar a concluir a União Económica e Monetária (UEM) com base no relatório dos «cinco presidentes» sob a liderança do presidente Juncker.*

A UEM constituiu um passo importante na integração das economias da UE. Implica a coordenação das políticas económicas e fiscais, uma política monetária comum e uma moeda única, o euro. Embora os 28 Estados-Membros participem na união económica, alguns países levaram mais longe a integração e adotaram o euro. A integração económica traz as vantagens de uma maior dimensão e eficácia interna à economia da UE como um todo e às economias de cada Estado-Membro. Isso, por sua vez, oferece oportunidades de estabilidade económica, maior crescimento e mais emprego: resultados com benefícios diretos para os cidadãos da UE.

Desde o início da crise económica e financeira em outubro de 2008, a UE tomou medidas para garantir:

- **apoio económico** aos países da UE que foram mais gravemente atingidos pela crise, apoio esse combinado com acordos sobre reformas. A maioria destes programas de assistência foi concluída com êxito em 2014, enquanto a situação na Grécia exigiu novos acordos em 2015;
- **restabelecimento da estabilidade financeira** e criação das condições certas para o crescimento e para a criação de emprego. Existem agora novas regras comuns sobre o modo como supervisionar os bancos e ajudar os bancos em dificuldade;
- a melhoria do sistema de **governação** económica e financeira da UE. Atualmente, todos os países da UE debatem e analisam em conjunto os respetivos orçamentos públicos.

Estes são os principais objetivos da Comissão em termos de melhoria:

- conferir maior legitimidade democrática às decisões sobre a prestação de apoio aos países da área do euro que se encontram em dificuldades, e reforçar o respetivo controlo parlamentar a nível nacional e da UE;

### PRIORIDADES DA POLÍTICA ECONÓMICA: TRÊS PILARES



- avaliar os programas de apoio e de reformas da UE não só quanto ao modo como estes ajudam a criar finanças sustentáveis, mas também quanto ao respetivo impacto nos cidadãos do país em causa;
- rever as normas relativas ao modo como a UE acompanha a situação orçamental e macroeconómica e os orçamentos nacionais;
- incentivar maiores reformas estruturais na área do euro.

Em fevereiro de 2015, a Comissão apresentou uma análise aos chefes de Estado e de Governo sobre as principais insuficiências da UEM que foram reveladas pela crise. Consequentemente, em junho, o presidente da Comissão, em estreita colaboração com os presidentes da Cimeira do Euro, do Eurogrupo (ministros dos Estados-Membros da área do euro), do Banco Central Europeu e do Parlamento Europeu, **anunciou planos ambiciosos para aprofundar a UEM e concluí-la até 2025** (o relatório dos Cinco Presidentes). Entre as medidas propostas, conta-se a introdução de um **regime europeu de seguro de depósitos** e a criação de um **Tesouro da área do euro**.



## Um acordo de comércio livre razoável e equilibrado com os Estados Unidos

A Comissão Europeia está atualmente a negociar um acordo comercial com os Estados Unidos. O objetivo é fomentar o comércio e o investimento entre os dois blocos. Daqui resultará mais emprego e mais crescimento para ambas as partes.

A UE e os Estados Unidos representam 40% da produção económica mundial. Uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (Transatlantic Trade and Investment Partnership — TTIP) abrangente poderia trazer importantes vantagens económicas, um leque mais vasto de opções para os consumidores, bem como novas oportunidades para as empresas. A TTIP fortalecerá também a posição estratégica da UE no mundo.

O acordo vai além de uma simples eliminação dos direitos aduaneiros, direitos esses que já são baixos (em média apenas 4%) entre a UE e os Estados Unidos. Os principais obstáculos ao comércio encontram-se «por detrás das fronteiras», nos regulamentos, nas barreiras não pautais e na burocracia. As estimativas mostram que 80% dos potenciais ganhos de riqueza resultantes de um acordo comercial advirão dos cortes nos custos administrativos e da liberalização do comércio de serviços e dos contratos públicos.

Com a TTIP a Comissão pretende ajudar os cidadãos e as empresas ao:

- **abrir os mercados dos Estados Unidos** às empresas da UE, incluindo em matéria de serviços públicos;
- ajudar a **reduzir a burocracia** que as empresas enfrentam quando exportam;
- fixar **novas regras** para **facilitar as exportações**, as importações e os **investimentos** no estrangeiro e torná-los mais equitativos.

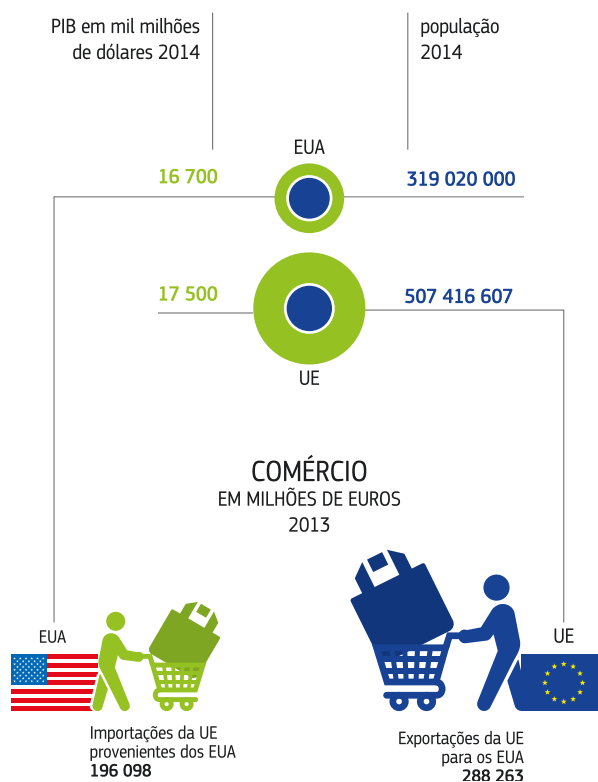
A TTIP poderá ajudar as empresas europeias a vender mais bens e serviços nos Estados Unidos. As empresas europeias poderiam assim participar em condições de igualdade nos concursos públicos nos Estados Unidos, o que seria benéfico para a economia e para o emprego.

Na Europa, a importação de produtos norte-americanos mais baratos significaria mais opções de escolha nas lojas a preços mais baixos. Bens e serviços mais baratos também significariam poupanças para as empresas.

A Comissão irá negociar um acordo de comércio razoável e equilibrado com os Estados Unidos. A Comissão apoia o comércio livre, mas não sob pena de sacrificar as normas europeias em matéria de segurança alimentar, saúde, proteção social e de dados ou diversidade cultural. Em setembro, a Comissão propôs um novo sistema jurisdicional transparente (*Investment Court System*) para resolver os litígios entre investidores e os poderes públicos, destinado a substituir o mecanismo existente (ISDS) em todas as negociações atuais e futuras nas quais a UE participa, designadamente a TTIP.

Caberá ao Parlamento Europeu, eleito pelos cidadãos da UE, a última palavra quanto à aceitabilidade do acordo.

### TTIP: UM NOVO ACORDO COMERCIAL ENTRE A UE E OS EUA



O comércio entre a UE e os Estados Unidos vale já centenas de milhares de milhões de euros por ano, e um novo acordo de comércio livre poderá aumentar este valor.

Mais informações e evolução recente:

[http://ec.europa.eu/priorities/eu-us-free-trade/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/priorities/eu-us-free-trade/index_pt.htm)

## Um espaço de justiça e de direitos fundamentais assente na confiança mútua

A UE não é apenas um mercado comum de produtos e serviços. A UE assenta nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos. A Comissão não tenciona perder de vista estes valores nos seus esforços para combater o terrorismo, o tráfico de seres humanos, o contrabando e a cibercriminalidade.

São os seguintes os principais objetivos da Comissão:

- facilitar aos cidadãos e às empresas na UE a defesa dos seus direitos fora do seu país de residência, através de uma melhoria do reconhecimento mútuo das sentenças proferidas pelos tribunais de toda a UE;
- reprimir a criminalidade organizada, tal como o tráfico humano, o contrabando e a cibercriminalidade, e combater a corrupção;
- concluir a adesão da UE à Convenção dos Direitos do Homem do Conselho da Europa;
- obter garantias de que as autoridades e as empresas americanas protegem de forma adequada os dados pessoais dos cidadãos da UE.

Em abril de 2015, a Comissão Europeia estabeleceu uma agenda europeia para a segurança que visa apoiar a cooperação entre os Estados-Membros na resposta às ameaças à segurança e reforçar a colaboração na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade. A agenda define medidas e instrumentos concretos que serão utilizados para garantir a segurança e enfrentar essas três ameaças mais prementes de modo mais eficiente.

As principais medidas incluem:

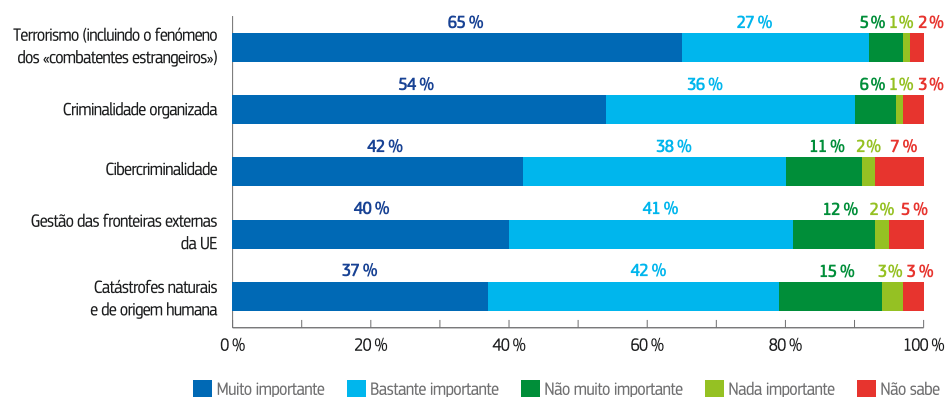
- **o combate à radicalização:** a Comissão irá criar um centro de excelência para recolher e divulgar conhecimentos especializados em matéria de combate à radicalização;
- **cortar o financiamento aos criminosos:** será reforçada a cooperação entre as autoridades competentes na Europa. Aqui se incluem, em especial, as unidades de

informação financeira nacionais, que estarão ligadas à Europol;

- **reforçar** o diálogo com o setor das TI: em 2015, a Comissão irá lançar um fórum da UE com as principais empresas do setor das TI a fim de contrariar a propaganda terrorista na Internet e nos meios de comunicação social e explorar formas de abordar as preocupações das autoridades policiais quanto às novas tecnologias de encriptação;
- **reforçar os instrumentos de combate à cibercriminalidade:** a prioridade é identificar formas de ultrapassar os obstáculos às investigações criminais em linha, nomeadamente quanto às questões da jurisdição competente e das regras de acesso a dados e informações existentes na Internet;
- **reforçar as capacidades da Europol,** nomeadamente através da criação de um centro europeu de combate ao terrorismo, que ajudará a Europol a aumentar o apoio às medidas tomadas pelas autoridades nacionais competentes pela aplicação da lei para lidar com combatentes terroristas estrangeiros, com o financiamento do terrorismo, com conteúdos extremistas violentos em linha e com o tráfico ilícito de armas de fogo.

### QUE QUESTÕES EM MATÉRIA DE SEGURANÇA INTERNA SÃO AS MAIS IMPORTANTES PARA OS EUROPEUS?

Inquérito à opinião pública do Eurobarómetro de março de 2015; respostas à pergunta «Na sua opinião, qual o grau de importância dos seguintes desafios para a segurança interna da UE?»



Os cidadãos estão preocupados com o terrorismo e a criminalidade organizada.

### Mais informações e evolução recente:

[http://ec.europa.eu/priorities/justice-fundamental-rights/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/priorities/justice-fundamental-rights/index_pt.htm)

## Uma nova política em matéria de migração

*O mundo ficou abalado com o drama de milhares de migrantes que colocam as suas vidas em perigo para entrar na UE. Nenhum país da UE pode ou deve ter de enfrentar isoladamente enormes pressões migratórias. A UE está a intensificar os seus esforços para salvar vidas no Mediterrâneo, combater o tráfico humano e cooperar com os países de origem e de trânsito. A Comissão pretende ainda combater as causas profundas que forçam as pessoas a fugir e a migrar: a pobreza, as guerras, as perseguições, as violações dos direitos humanos e as catástrofes naturais.*

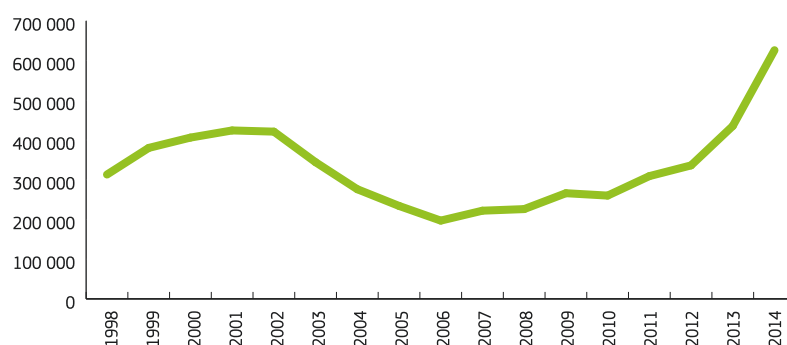
O súbito aumento do número de pessoas que são forçadas a abandonar as suas casas para escapar à violência e procurar refúgio, nos seus próprios países ou no estrangeiro, é um teste para a União Europeia. Nos últimos meses, a intervenção da Europa tem sido decisiva.

Em setembro foram disponibilizados mais 1 700 milhões de euros, o que leva o orçamento total da UE destinado à ajuda aos refugiados a atingir **9 200 milhões** de euros em 2015 e 2016.

- A UE é o principal **contribuinte nos esforços para fazer face à crise dos refugiados sírios**. O apoio financeiro da Comissão Europeia e dos Estados-Membros aos sírios dentro e fora do país ascendeu já a 4 000 milhões de euros.
- Os países da UE **concordaram em reinstalar 160 000 pessoas que necessitam de proteção internacional** deslocando-as dos países mais afetados pela crise dos refugiados para outros Estados-Membros. 22 000 pessoas que se encontram em campos de refugiados fora da UE serão também reinstaladas.
- **Desde maio triplicou a presença nos mares**. Foram salvas mais de 122 000 vidas desde então.
- Foram intensificados **os esforços para combater os passadores** e desmantelar as redes de traficantes.

Num recente inquérito à opinião pública na UE, 73% dos europeus afirmaram ser a favor de uma política europeia comum em matéria de migração. Quando lhes foi pedido para identificarem os dois mais importantes problemas que a UE enfrenta, a imigração surge no topo da lista, à frente da situação económica e do desemprego. Foi o problema mais referenciado em 20 dos 28 Estados-Membros.

### NÚMERO DE PEDIDOS DE ASILO NA UE



Os dados provisórios para os primeiros seis meses de 2015 indicam 402 000 pedidos

O aumento do número de pessoas que pedem asilo na UE requer soluções europeias comuns.

Embora a crise dos refugiados no Mediterrâneo tenha colocado as necessidades imediatas no centro das atenções, também revelou claramente as limitações estruturais da política de migração da UE e dos instrumentos de que esta dispõe. A Agenda Europeia da Migração, apresentada em maio de 2015 pela Comissão, define uma estratégia global para a gestão dos fluxos migratórios assente em quatro pilares:

- reduzir os incentivos à migração irregular;
- salvar vidas e proteger as fronteiras externas;
- uma política comum de asilo sólida;
- uma nova política em matéria de migração legal.

**Mais informações e evolução recente:**

[http://ec.europa.eu/priorities/migration/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/priorities/migration/index_en.htm)

## Uma Europa mais forte na cena mundial

*A crise política na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente tornaram claro que a UE precisa de uma política externa comum mais sólida.*

A UE desempenha um papel fundamental em muitas questões de política externa, desde o programa nuclear do Irão e a estabilização do Corno de África, até ao aquecimento global. A sua política externa e de segurança conjunta, concebida para a resolução de conflitos e para a promoção do entendimento internacional, tem por base a diplomacia, ao passo que o comércio, a ajuda ao desenvolvimento, a segurança e a defesa desempenham um papel complementar. Na qualidade de maior contribuinte para o financiamento do desenvolvimento, a UE está excecionalmente bem posicionada para a cooperação com os países em desenvolvimento. A UE lida também com temas como o ambiente, a educação, o combate da criminalidade e os direitos humanos nas relações que mantém com o resto do mundo.

A UE concentra-se atualmente na prestação de apoio ao amplo processo de reforma em curso na Ucrânia, nomeadamente através da implementação de um pacote de medidas de assistência sem precedentes, no valor de 11 mil milhões de euros. Tendo em conta o contexto de crise na zona oriental da Ucrânia, a UE apoia todos os esforços para uma solução pacífica duradoura.

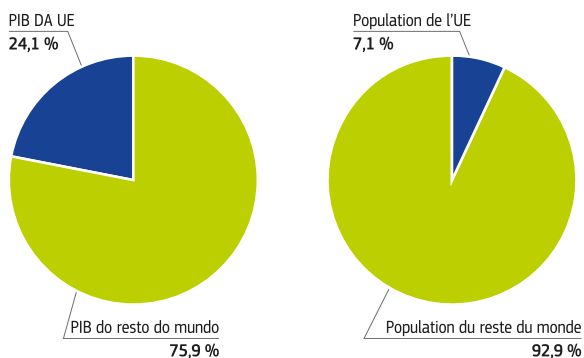
A crise síria tornou-se a maior catástrofe humanitária e de segurança no mundo. A UE e os países que a constituem estão na linha da frente da resposta internacional. Na qualidade de principal doador, a UE mobilizou mais de 4 mil milhões de euros de ajuda humanitária e ao desenvolvimento desde o início do conflito.

A política externa e de segurança da UE tem vindo a desenvolver-se gradualmente ao longo de muitos anos e permite à UE falar e agir como um todo no que concerne os assuntos mundiais. A atuação conjunta confere aos 28 Estados-Membros da UE um maior poder do que teriam se cada um deles levasse a cabo as suas próprias políticas. O enorme peso demográfico e económico representado pelos 28 Estados-Membros tornam-no numa grande potência. A UE é a maior potência comercial do mundo, com a segunda maior moeda, o euro. A tendência para decisões conjuntas em matéria de política externa fortalece a sua posição.

A UE mantém parcerias com os principais intervenientes a nível mundial, incluindo com potências emergentes. Procura garantir que estas relações se baseiam em interesses e benefícios mútuos, com direitos e deveres para ambas as partes. Os objetivos atuais da Comissão incluem:

- criar mais sinergias entre os Estados-Membros na aquisição de equipamentos de defesa;
- trazer paz e estabilidade aos países vizinhos da Europa, prosseguindo as negociações de alargamento em curso, nomeadamente com os países dos Balcãs Ocidentais. Este processo levará o seu tempo, pelo que não se prevê qualquer novo alargamento até ao termo do mandato da Comissão (ou seja, até finais de 2019);
- conjugar as capacidades de defesa através dos governos nacionais que o pretendam fazer, permitindo assim que participem em missões conjuntas da UE, evitando, assim, a duplicação de programas e poupando recursos financeiros.

### A PARTE DA UE NA ECONOMIA MUNDIAL



Apesar de representar apenas 7% da população mundial, o potencial económico da UE corresponde a 24% do PIB mundial.

**Mais informações e evolução recente:**

[http://ec.europa.eu/priorities/global-actor/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/priorities/global-actor/index_pt.htm)

## Uma união de mudança democrática

*Nos últimos anos, tem-se assistido a uma perceção crescente de que a UE está longe dos cidadãos e que é excessivamente burocrática, perceção essa patente nos resultados das eleições europeias. Os cidadãos esperam que a UE marque a diferença nos importantes desafios em matéria económica e social. O programa de trabalho da Comissão Juncker para 2015 tem em devida conta esta situação, ao pretender centrar-se num pequeno número de prioridades, reavaliar a legislação existente e eliminar algumas propostas consideradas inoportunas.*

A Comissão está empenhada em prol da democracia e da reforma. Os seus principais objetivos incluem:

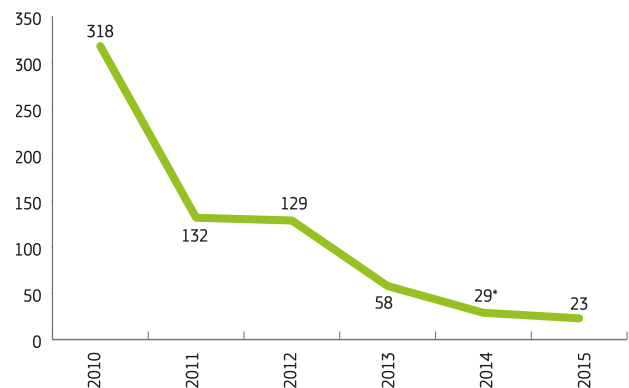
- propor nova legislação apenas quando esta for necessária e forneça um valor acrescentado evidente à Europa, após consulta do público. O programa de trabalho para 2015 apenas inclui 23 novas iniciativas;
- ser totalmente transparente no que respeita ao trabalho da Comissão (por exemplo, publicação de atas pormenorizadas das reuniões de comissários e de altos funcionários, com medidas de transparência sem precedentes no que toca às negociações relativas ao comércio internacional);
- analisar a legislação existente e ajustá-la na medida do necessário;
- eliminar burocracia desnecessária a nível nacional e europeu;
- criar um registo obrigatório para organizações e pessoas singulares que integram lóbis junto da Comissão, do Parlamento e do Conselho;
- encontrar vias para aprofundar a cooperação entre os parlamentos nacionais e a Comissão.

Desde dezembro de 2014, os comissários, os membros dos seus gabinetes e os diretores-gerais da Comissão são obrigados a publicar as datas, locais e nomes das organizações e de trabalhadores independentes com os quais se reúnem, bem como os assuntos debatidos. Assim acontece porque é importante permitir que os cidadãos tenham conhecimento das pessoas com quem a Comissão se reúne e o motivo dessas reuniões, assim como é importante para a Comissão manter um diálogo aberto e regular com as partes interessadas.

Em maio de 2015, a Comissão Europeia adotou o seu programa «Legislar melhor». Este programa visa garantir:

- a transparência na elaboração, implementação e análise das políticas;
- a elaboração de políticas sempre fundamentada em dados fiáveis;
- a elaboração das propostas envolve sempre quem estas afetam, inclusivamente o público.

### NÚMERO DE NOVAS LEIS DA UE PROPOSTAS PELA COMISSÃO



\* Baixo número de iniciativas devido a eleições europeias em maio

A Comissão concentra a sua atividade num número reduzido de prioridades.

A Comissão irá abrir o seu processo de tomada de decisões a um maior contributo e escrutínio público, com novas consultas públicas no que respeita à avaliação de novas propostas ou à aferição de políticas existentes. Existirão igualmente novas oportunidades para comentários públicos durante todo o procedimento legislativo. Depois de a Comissão ter adotado a proposta, qualquer cidadão interessado dispõe de oito semanas para enviar comentários ou sugestões, que contribuirão para o debate legislativo no Parlamento e no Conselho.

A legislação existente será avaliada, em parte através do programa para a adequação e eficácia da regulamentação (REFIT). Este avalia a legislação existente de modo a torná-la mais eficaz e eficiente sem comprometer os objetivos das políticas. A Comissão está já a trabalhar para reduzir os encargos para as empresas em domínios como o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), os contratos públicos, as estatísticas das empresas e os produtos químicos. Estão igualmente em curso avaliações globais noutros domínios.

A Comissão também está a renovar o seu compromisso de ouvir, em qualquer momento, os pontos de vista de todas as partes interessadas através de uma ferramenta em linha designada **Reduzir a burocracia — A sua opinião interessa-nos**.

**Mais informações e evolução recente:**

[http://ec.europa.eu/priorities/democratic-change/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/priorities/democratic-change/index_en.htm)

# Entre em contacto com a União Europeia



## ■ EM LINHA

O sítio Europa contém informações em todas as línguas oficiais da União Europeia: [europa.eu](http://europa.eu)



## ■ PESSOALMENTE

Há centenas de centros de informação sobre a UE espalhados por toda a Europa. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo neste sítio: [europedirect.europa.eu](http://europedirect.europa.eu)



## ■ POR TELEFONE OU MAIL

**Europe Direct** é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço por telefone através do número gratuito **00 800 6 7 8 9 10 11** (alguns operadores de telecomunicações móveis não autorizam o acesso aos números verdes ou podem cobrar um encargo por este tipo de chamadas) — se estiver fora da UE, através do seguinte número pago: **+32 22999696** — ou por correio eletrónico via [europedirect.europa.eu](http://europedirect.europa.eu)



## ■ LEIA AS PUBLICAÇÕES SOBRE A EUROPA

Basta um clique para aceder a publicações sobre a UE no sítio do EU Bookshop: [bookshop.europa.eu](http://bookshop.europa.eu)

Para obter informações e publicações em português sobre a União Europeia, contacte:

### REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

#### Representação em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-10.º  
1269-068 Lisboa  
PORTUGAL  
Tel. +351 213509800  
Internet: [ec.europa.eu/portugal](http://ec.europa.eu/portugal)  
Correio eletrónico: [comm-rep-lisbonne@ec.europa.eu](mailto:comm-rep-lisbonne@ec.europa.eu)

### CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA

#### JACQUES DELORS

Palacete do Relógio  
Cais do Sodré  
1200-450 Lisboa  
PORTUGAL  
Tel. +351 211225000  
Internet: [www.ciejd.pt](http://www.ciejd.pt)  
Correio eletrónico: [geral@ciejd.pt](mailto:geral@ciejd.pt)

### GABINETE DO PARLAMENTO EUROPEU

#### Gabinete em Portugal

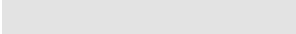
Largo Jean Monnet, 1-6.º  
1269-070 Lisboa  
PORTUGAL  
Tel. +351 213504900  
Internet: [www.parleurop.pt](http://www.parleurop.pt)  
Correio eletrónico: [eplisboa@europarl.europa.eu](mailto:eplisboa@europarl.europa.eu)

Existem representações ou gabinetes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em todos os Estados-Membros da União Europeia. Noutros países do mundo existem delegações da União Europeia.

# A União Europeia



Estados-Membros da União Europeia (2015)



Países candidatos e potenciais candidatos

# Dez prioridades para a Europa

Um novo começo para a Europa:  
a agenda da UE para o emprego,  
o crescimento, a equidade

## Saiba mais

- ▶ **As dez prioridades da Comissão Europeia:** [http://ec.europa.eu/priorities/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/priorities/index_pt.htm)
- ▶ **Perguntas sobre a União Europeia?** O Europe Direct pode ajudá-lo: 00 800 6 7 8 9 10 11  
<http://europedirect.europa.eu>

